

ENSAIO TEÓRICO

A autoria em textos produzidos por inteligência artificial e por alunos em uma perspectiva discursiva

Carolina FERNANDES 

Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA)

RESUMO

Nesse artigo, problematizo o conceito de autoria a partir da análise de textos produzidos por inteligência artificial (IA) em comparação a textos produzidos por sujeitos-alunos em produções escolares a fim de compreender o funcionamento da autoria nos processos de produção de sentidos, observando o grau de autoria do texto da IA e, concluir, se sua escrita pode mesmo superar a do sujeito-humano em sua prática languageira. As análises são operadas pelo dispositivo teórico-analítico da Análise do Discurso de vertente Materialista, em que a linguagem é considerada materialidade discursiva e, assim, ideológica (Orlandi, 1994). Os resultados das análises mostram que a inteligência artificial, em seu atual estágio de desenvolvimento, não é capaz de romper com a repetição parafrástica do dizer e produzir efeito de originalidade ao ponto de se colocar na posição de autor. Reproduzindo os dados que lhe são fornecidos dentro dos comandos a que está determinada, produz apenas um simulacro de função-autor que permite o ChatGPT construir sentenças coerentes por meio do arquivo digital a que tem acesso. Assim, conclui-se que, embora o sujeito-aluno possa se colocar na posição-escrevente ao se apropriar do texto produzido pelo programa, não há superação das potencialidades humanas quanto à produção de sentidos singulares que elevam o grau de autoria.

ABSTRACT

In this paper, I problematize the concept of authorship from the analysis of texts produced by artificial intelligence (AI) in comparison to texts produced by students-subjects in school productions in order to understand



OPEN ACCESS

EDITADO POR

- Roberlei Alves Bertucci (UTFPR)
- Emanuel Cesar Pires de Assis (UEMA)
- Rebeca Schumacher Eder Fuão (UiO)

AVALIADO POR

- Nívea Rohling (UTFPR)
- Everton Vinicius de Santa (UTFPR)

DATAS

- Recebido: 28/08/2023
- Aceito: 10/01/2024
- Publicado: 11/06/2024

COMO CITAR

Fernandes, C. (2024). A autoria em textos produzidos por inteligência artificial e por alunos em uma perspectiva discursiva. *Revista da Abralín*, v. 23, n. 2, p. 214-235, 2024.

the functioning of authorship in the processes of production of meanings, observing the degree of authorship of the AI text and, conclude, if its writing can even surpass the human-subject's in their language practice. The analyses are operated by the theoretical-analytical device of the Discourse Analysis on the Materialistic aspect, in which language is considered discursive and thus ideological materiality (Orlandi, 1994). The results of the analysis show that artificial intelligence, in its current stage of development, is not able to break with the paraphrastic repetition of saying and produce originality effect to the point of placing itself in the position of author. By reproducing the data that is provided to it within the commands to which it is determined, it produces only a function-author simulation that allows ChatGPT to construct coherent sentences through the digital file to which it has access. Thus, it is concluded that, although the subject-student can place itself in the writing position when taking over the text produced by the program, there is no overcoming of human potential in relation to the production of singular meanings that increase the degree of authorship.

PALAVRAS-CHAVE

Autoria. Análise do discurso. Paráfrase. Polisssemia. ChatGPT.

KEYWORDS

Authorship. Discourse Analysis. Paraphrase. Polysemy. ChatGPT.

RESUMO PARA NÃO ESPECIALISTAS

Esse texto trata da autoria em textos escritos por inteligência artificial (IA) e por humanos a fim de discutir sobre o ensino de escrita e as questões que envolvem a identificação ou não de um texto produzido por IA. A comparação dos textos produzidos por IA, mais especificamente do ChatGPT-3.5, e por alunos secundaristas é feita com o objetivo de compreender se há autoria no texto da IA e em que grau, além de permitir concluir, se sua escrita pode mesmo superar a do sujeito-humano em sua prática de linguagem. As análises são feitas a partir de uma teoria que vê a linguagem como ideológica. Os resultados das análises mostram que a inteligência artificial, em seu atual estágio de desenvolvimento, não é capaz de superar as potencialidades humanas quanto à escrita, já que produz textos com coerência e sentido, mas não há estilo e indicação de personalidade que possa indicar que há uma pessoa por trás daquele texto. Esses

elementos podem ser observados pelo professor para identificar uma possível cópia de texto do ChatGPT.

Introdução

O avanço tecnológico que a inteligência artificial (também denominada por IA) atingiu já permite dispensar a participação humana na produção de textos, sejam escritos ou orais, a partir de conteúdos disponíveis em grandes volumes de dados virtuais. O ChatGPT desenvolvido pela OpenAI tem sido muito comentado atualmente por sua capacidade de produzir textos coerentes com início, meio e fim, em uma textualidade que pode até mesmo ser mais adequada que a de muitos textos escolares. E apresenta uma peculiaridade: ele não copia da internet, ou seja, suas produções não são plágios propriamente, mas textos gerados por inteligência artificial, resultado de anos de estudo e aperfeiçoamento nos sistemas computacionais e no desenvolvimento de algoritmos e *softwares* que permitem a compreensão da linguagem natural e sua geração automática.

A IA desenvolvida na arquitetura GPT, sigla para *Generative Pre-trained Transformer*, foi programada para gerar textos com base em um conjunto de *softwares* que gerenciam um grande volume de dados, um *database*, o que ressalta a quantidade como um dos efeitos determinados pelo discurso digital (Paveau, 2021). Chama-se “chat” por fornecer respostas a perguntas e comandos que recebe em uma plataforma semelhante às salas de bate-papo virtuais, o que, segundo Gallo (2023), confere “o efeito de ambiente privado”, sem a publicização (a menos que o usuário do ChatGPT divulgue o resultado de alguma interlocução), ou seja, não é prevista pelo programa a divulgação massiva de sua produção como outros discursos on-line que processam seu funcionamento pela *ampliação* (Paveau, 2021, p. 59)¹.

O modelo de processamento computacional que produz a linguagem do ChatGPT o possibilita aprender com os dados, e não apenas reproduzi-los, uma vez que, em sua arquitetura, foram desenvolvidas redes neurais artificiais que mimetizam “redes de neurônios em sistemas biológicos vivos” (Brookshear, 2013, p. 444), o que o permite fazer associações e gerar uma memória instantânea a ser utilizada durante a interlocução com o sujeito na posição de usuário do programa. Esse avanço tecnológico é espantoso, visto que não se trata apenas de fazer cópias dos dados, mas é um sistema capaz de “entender” a demanda e “gerar frases novas”, ou seja, ele não cria o conhecimento, mas faz

¹ Por isso entendo haver uma particularidade das condições de produção do ChatGPT enquanto um “*tecnodiscurso*” (Paveau, 2021, p. 33), visto que este não é produzido nas mesmas condições que outros discursos nativos digitais, como os das redes sociais que nascem da interação entre os internautas. O espaço de sua circulação é restrito ao espaço de interlocução com um único usuário durante o uso do programa, e não circulará em outros espaços a menos que for divulgado pelo usuário, podendo ainda ser apropriado por este.

associações que o permite formular respostas não copiadas e coerentes, tentando construir a resposta mais adequada à demanda do sujeito-usuário².

A conquista dessa tecnologia excepcional, era de se esperar, está dividindo os sujeitos em, ao menos, duas posições: há aqueles que se surpreendem positivamente com o avanço tecnológico enquanto outros o temem como a ruína para o ensino ou mesmo para o futuro do sujeito-trabalhador que será substituído por IA em seu posto de emprego. As amostras divulgadas por seus desenvolvedores revelam que marcar uma consulta médica é algo que a IA já pode fazer no lugar de uma secretária, como também escrever uma matéria jornalística a partir de dados de uma agência de notícias no lugar de um jornalista. Redigir não é problema para o ChatGPT! E agora, como ficam as produções nas instituições de ensino? Alunos vão demandar as tarefas escolares ao programa? Ninguém mais vai se desafiar a iniciar um texto em uma página em branco? Sempre terá a consulta ao Chat?

Não é meu propósito entrar nessas visões apocalípticas do ensino, mas, por certo, que a problemática da produção textual na escola deve passar, mais agora que antes, pelo conceito de *autoria*. A autoria é pensada na Análise do Discurso já há algum tempo, e eu tenho desenvolvido pesquisas sobre o tema desde meu doutoramento e, atualmente, no âmbito do Programa de Mestrado Profissional em Ensino de Línguas, que é dirigido a professores atuantes na educação básica, esse tema ganha relevo nas problemáticas de pesquisa. Nesse contexto, uma questão imprescindível para iniciar a elaboração de uma intervenção pedagógica é: como desenvolver uma unidade didático-discursiva que leve o sujeito-aluno à assunção da posição-autor. Assim, como propus em Fernandes (2021), a autoria é elemento essencial para os estudos sobre as práticas de linguagem na perspectiva materialista da Análise do Discurso. Já com relação à produção textual pela IA e seu uso pelos estudantes, é imperativo pensar em seu funcionamento bem como nas implicações que essa revolução tecnológica acaba produzindo na forma histórica da autoria.

Nesse artigo, analiso textos produzidos por inteligência artificial em comparação a textos produzidos por sujeito-aluno em produções escolares a fim de compreender o funcionamento da autoria nos processos de produção de sentidos, o que me possibilitará observar o grau de autoria do texto da IA e se sua escrita pode mesmo superar a do sujeito-humano³ em sua prática languageira.

² O programa apresenta ícones de positivo e negativo para o sujeito, na posição de usuário do programa, avaliar a resposta dada como também ele pode rejeitá-la, esses comandos vão auxiliando o ChatGPT a elaborar melhor a resposta esperada.

³ Faço a ressalva de que optei por esse modo de nomear o sujeito para diferenciar da inteligência artificial, mas considero a distinção entre a noção de sujeito discursivo e o sujeito humano (biológico) que é tratado por Pêcheux (1983] 1999, s/p.) como o “mito omnipresente do sujeito psicológico”, isto é, mobilizo o sujeito-humano neste trabalho como o sujeito social constituído pela ideologia e que se distingue em sua forma material da “máquina”, “sistema” ou “redes neurais artificiais” que imitam a consciência humana.

1. O conceito de sujeito e de autoria na Análise do Discurso

Quando se trata de analisar discursos, a demarcação da perspectiva teórica é fundamental para definir a abordagem de análise, por isso começo por definir o que é discurso, como se considera seu produtor, o sujeito, e como se concebe a linguagem para a filiação teórica materialista da Análise do Discurso (AD). Esses conceitos são fundamentais para compreender a especificidade da teoria discursiva que se origina nos escritos de Michel Pêcheux, na França, e têm sua continuidade nos trabalhos de Eni Orlandi no Brasil. Inicialmente proposta, em 1969, como Análise Automática do Discurso (AAD-69), a AD surgiu com o propósito de desenvolver análises do discurso com o uso de algoritmos e programas específicos para o manejo da linguagem sem a interferência da subjetividade humana. Pêcheux ([1969] 1997), que, em sua época, já se deslumbrava com a capacidade dos computadores, como reagiria à capacidade de uso da linguagem natural pela inteligência artificial hoje? Não é possível responder a essa questão, entretanto, quanto ao método da AAD, ele já produzia conteúdo conforme afirmam Fernandes e Vinhas (2019, p. 136):

[...] a partir de um *corpus* empírico de textos, eram produzidos conjuntos homogêneos de palavras organizadas em listas por equivalências/identidades. O trabalho sobre a estrutura linguística visava a atingir o processo discursivo entendido como uma “maquinaria discursiva”, ou, como caracterizou Pêcheux (1997 [1983], p. 312), mais tarde, “uma máquina estrutural fechada”, que abrigaria uma formação discursiva homogênea e estável.

Por ser essa “máquina” produtora de homogeneidades e reconhecendo a heterogeneidade como própria da linguagem e do sujeito é que Pêcheux teve de reformular a teoria e rever seu método de análise, deixando de ser automático para se tornar em parte automatizado, e por fim, diria, totalmente “humanizado”, visto que a empreitada dos programas computacionais não persistiu nos estudos desenvolvidos posteriormente aos anos 80. Segundo as mesmas autoras (Fernandes; Vinhas, 2019, p. 140): “a aparente arbitrariedade na delimitação do espaço discursivo e a reprodutibilidade do método de análise são os principais obstáculos enfrentados pela AD francesa para se consolidar no cenário científico da época”.

O método automático, portanto, não vigora na AD produzida no Brasil, mas seus conceitos-chave são basilares para as análises que consideram a linguagem “materialidade do discurso”, e este como “materialidade ideológica” como diz Orlandi (1994, p. 299). Assim, a teoria da AD materialista se produz em torno do conceito de *ideologia* que funciona determinando os sujeitos e seus discursos.

Permanece vigente da obra de Pêcheux ([1975] 2009, p. 133) a tese althusseriana: “a ideologia interpela os indivíduos em sujeitos” enquanto a forma de conceituar o sujeito discursivo, revelando sua constituição ideológica através do “assujeitamento à língua, na história” (Orlandi, 1999, s.p.). Explica Orlandi (1999): “A ideologia interpela o indivíduo em sujeito e este submete-se à língua significando e significando-se pelo simbólico na história”, isto é, inscreve-se na língua enquanto sujeito do discurso por meio da determinação histórica dos sentidos. E, como alertam Pêcheux e Fuchs

([1975]/1993), esse processo é da ordem do inconsciente, pois apaga o assujeitamento simulando o sujeito na origem de si e de seu discurso. Para esses autores (Pêcheux; Fuchs, [1975]/1993, p.166), a interpelação subjetiva não ocorre de modo que todos tivessem de compartilhar a mesma “opinião”, mas de modo específico, a partir de uma *formação ideológica* que: “constitui um conjunto complexo de atitudes e representações que não são nem ‘individuais’ nem ‘universais’, mas se relacionam mais ou menos diretamente a posições de classes em conflito umas com as outras”. É assumindo uma posição no discurso, por meio das formações ideológicas ou de suas representações, as *formações discursivas* (FDs), que o sujeito se inscreve na linguagem como autor do seu dizer, particularizando, assim, os processos de identificação e de produção dos sentidos. Ele assume uma posição e se coloca em um lugar de sujeito-autor no discurso.

A categoria teórica de *autor* é pensada na AD a partir de Foucault ([1969] 1992) para quem o autor nada se assemelha ao escritor de carne e osso que assina o texto, mas remete a “um princípio organizador da dispersão discursiva”. Essa noção é apropriada pela AD materialista com Orlandi (2002) que entende que esse princípio organizador dos dizeres produz *textualidade*, ou seja, um efeito de unidade com início, meio e fim, mostrando que todo material simbólico que seja composto por textualidade é produto da função-autor.

Entretanto, a mesma autora (2012) ressalta que nem todo sujeito-autor se representará no texto por ele produzido na posição-autor, visto que este pode somente exercer a função de autor reproduzindo dizeres de outros sujeitos-enunciadores por meio de paráfrases, o que o coloca em uma posição de mero enunciador, ou como tenho mobilizado, na posição de escrevente, isto é, daquele que escreve para cumprir uma tarefa (Fernandes, 2017). A *posição-escrevente* é determinada pela “divisão social do trabalho de leitura” de que trata Pêcheux ([1982] 2010, p. 51), em que há, na sociedade, os autorizados a ler e a interpretar textos ao passo que a outros é legitimada apenas a reprodução dessas interpretações e sustentação das leituras já prontas. No contexto escolar, teríamos o professor ou o livro didático como o detentor do saber e da verdade a ser reproduzida pelo sujeito-aluno, assim a aprendizagem não se daria pela produção, mas pela reprodução dos sentidos previamente construídos. O sujeito-aluno, reconhecendo o poder da instituição, representada no lugar social do professor, coloca-se em uma posição de dependência da avaliação do “mestre” (o que na prática indica se ele “repete de ano” ou não), por isso passa a repetir o discurso pedagógico, tomado como legítimo, a verdade a ser reproduzida. Exemplo disso é a situação em que, para responder a uma pergunta de interpretação de texto, o aluno indaga o professor onde está a resposta no texto e se deve “copiar até o ponto final”, desse modo o sujeito-aluno não projeta para si a imagem de quem é capaz de produzir sentidos, colocando-se na posição de um repetidor ou copiador do que o sujeito-professor julga estar correto. Nessas condições de produção, o aluno produz textos mecanicamente, por meio de *repetições formais* que, para Orlandi (2007, p. 70), são “técnicas de produzir frases”, isto é, o aluno segue modelos, trabalha com a estrutura, mas não produz sentido para o que está escrevendo, não reflete sobre, não discursiviza⁴.

⁴ Para mais exemplos ver as pesquisas de Fernandes e Milano (2015) e de Assolini (2008).

Essa formalização no trato da linguagem propicia a produção de textos bem estruturados, com efeito de unidade, o que revela a atuação de uma função-autor com o predomínio da paráfrase. A paráfrase é necessária na produção do dizer, tendo em vista que todo dizer é produzido por “recortes do interdiscurso”⁵ (Indursky, 2001), em que o já-dito retorna na atualização da formulação (intradiscurso), apagando seu trajeto, dissimulando a memória discursiva como se fosse um dizer inédito. Na paráfrase, portanto, funciona a repetição do discurso desintagmatizado para formular dentro de uma mesma FD o seu dizer sintagmatizado de diferentes formas, é uma reformulação, mas não produz efeito de autoria no *nível discursivo*, apenas no *nível da enunciação* (Gallo, 2001). Para Orlandi (2002/2012), o processo de significação se dá na tensão entre paráfrase e polissemia, isto é, há a busca pelo dizer no interdiscurso, mas este se desloca ao ser associado à subjetividade do enunciadador (correspondente ao lugar social que ocupa e a sua identificação com certas FDs), produzindo novos sentidos. Dizendo de outra forma, os recortes do interdiscurso passam pelo filtro de FDs diferentes, são associados a histórias de leituras singulares, e dessa forma transformam os sentidos e, em consequência, temos o *efeito de originalidade* como também a *criatividade*, assim a autoria já está no nível discursivo, o que considero um grau mais elevado de autoria que o da função-autor com predomínio da paráfrase.

Considerando essa tensão, ou ainda movimento, entre paráfrase e polissemia, Orlandi (2007) concebe que, para se colocar na posição-sujeito de autor de um texto, não basta organizar suas partes, ordenar os dizeres, é preciso se inscrever no discurso produzindo um efeito de originalidade ou de singularidade. Segundo a autora (2007, p. 70):

O sujeito só se faz autor se o que ele produz for interpretável. Ele inscreve sua formulação no interdiscurso, ele historiciza seu dizer. Porque assume sua posição de autor (se representa nesse lugar), ele produz assim um evento interpretativo. O que só repete (exercício mnemônico) não o faz.

O sujeito-autor se colocará na posição-autor quando inscrever sua formulação no interdiscurso, assim ele “historiciza seu dizer” como afirma Orlandi (2007), assumindo uma posição, singularizando o recorte do interdiscurso, dando o efeito de que é “seu”. O que só repete pelo exercício mnemônico ou pela repetição formal não historiciza, não faz seu discurso ser incorporado pelo interdiscurso, pois em nada acrescenta à memória discursiva. Assim é que trato da posição-escrevente como a função do enunciadador na execução de tarefas: escreveu o relatório? Sim. Fez o trabalho? Fiz. É uma resposta a uma demanda, produz o efeito de eficiência, mas não produz *criatividade*, visto que não há o movimento do sujeito de relacionar o conteúdo do que está escrevendo com sua história de leituras⁶, mobilizando a memória discursiva para produzir um *efeito de singularidade*. Esse efeito

⁵ Interdiscurso é para a AD a zona de onde se abrigam os discursos, tudo que já foi dito e pode ser recuperado pela memória discursiva para se tornar dizível.

⁶ Segundo Orlandi (2012, p. 57), “todo leitor tem sua história de leitura” que compreende as leituras já feitas que configuram seu “arquivo”, definidor de sua compreensão textual e, assim, da produção de sentidos a partir da relação com outros textos.

resulta, conforme Orlandi (2002, p. 76), da articulação entre a exterioridade e a interioridade na produção textual, uma vez que o “sujeito ao mesmo tempo em que reconhece uma exterioridade à qual ele deve se referir, ele também se remete a sua interioridade, construindo desse modo sua identidade como autor”. É assim, que “ele ‘aprende’ a assumir o papel de autor e aquilo que ele implica” (Orlandi, 2002). Vejo mais claramente em Possenti (2002) o que significa dar efeito de singularidade ao texto quando o autor exemplifica com a caracterização dos personagens, dos objetos e lugares em uma cena narrativa, ou quando o texto é trabalhado no seu estilo, no modo como diz o que diz, produzindo um “contexto mais denso” (Possenti, 2002, p. 119) que permite observar a posição de quem escreve e para quem escreve, ou seja, o autor antecipa o lugar de seu leitor, o que Orlandi trata por “leitor imaginário” (Orlandi, 2012).

Já na posição de escrevente, a subjetividade não chega a se inscrever, ou fica dissimulada em um pretense “efeito de objetividade” através de clichês, lugares comuns, truísmos e obviedades, assim não há *marcas de autoria* porque o sujeito-autor não se identifica com aquela escrita, não assume a posição-autor⁷. Vale ressaltar, juntamente com Possenti (2002) que essa posição não é transparente, e diria, nem universal tampouco pessoal, já que é determinada historicamente, e, no sentido histórico, como diz o autor (Possenti, 2002, p. 115), singularidade e originalidade não partem de uma mesma posição em que estariam “todos os sujeitos”. Por isso, é singular, e não pessoal ou individual.

E quanto ao ChatGPT? Ele produz textos com efeito de unidade e alta eficiência, há autoria neles? A IA pode assumir uma posição no discurso? Produzir efeitos de sentido de forma singular? E inscrever-se enquanto sujeito mesmo que artificial? Começo a responder a essas questões pela noção de sujeito: o programa não pode ser tratado como sujeito discursivo, visto que não é interpelado ideologicamente, nem efeito da relação entre a história e a linguagem, uma vez que é produto tecnológico, resultado de um sistema de algoritmos ao qual está subordinado, mas não se relaciona com a ideologia, portanto, não é assujeitado. Na ausência de um sujeito, Gallo (2023) entende que o ChatGPT não pode usufruir de uma função-autor, já que esta é uma função do sujeito discursivo. Para a autora (Gallo, 2023, p. 92), o programa aparenta funcionar como um “hiperautor”, “cujo efeito é produzido por processamento de máquinas” por isso não tem posição, mas pode servir a diferentes posições-sujeito que se apropriam do texto.

O ChatGPT não corresponde, portanto, a um sujeito da linguagem tal qual o pode ser o sujeito humano, visto que seu consciente é automatizado por um raciocínio lógico e gerenciado por algoritmos que geram respostas a comandos específicos. Assim, para responder à demanda do usuário do programa, ele se baseia nas palavras-chave de cada pergunta, ou seja, a melhor resposta será dada quanto mais específica for a pergunta. Explicam seus criadores que a IA, no estágio atual do seu desenvolvimento, só pode responder a comandos do modo como foi treinada, não criando por si novos comandos, que a façam escapar do controle humano e produzir o diferente, a polissemia.

⁷ Como formulei em Fernandes (2017, p. 251-252) com base em Orlandi: a autoria não é uma questão de “tudo ou nada”, em que haveria um grau zero de autoria em oposição a um grau máximo, mas que há “diferentes graus” em que o sujeito vai se colocando desde a mera execução da função-autor até a manifestação de marcas singulares que indicam a assunção à posição-autor.

Ao ChatGPT, logo, não é possível “ousar se revoltar” ou mesmo “pensar por si mesmo” (Pêcheux, [1982] 2009), por exemplo, na resposta à pergunta “Na sua opinião, Deus existe?”, diz o programa:

Como modelo de linguagem, não sou capaz de ter opiniões pessoais, já que sou um programa de computador programado para fornecer informações e respostas baseados em dados e algoritmos. Minha resposta anterior [a que ele tinha dado antes desta retomando posicionamentos filosóficos e de diferentes religiões para responder sobre a existência de Deus] se baseia em uma análise neutra e imparcial do tema, reconhecendo a complexidade e a diversidade de opiniões sobre a existência de Deus. (CHATGPT-3.5, OpenAI)

Como já se sabe, o sujeito produz sentidos a partir de determinadas condições, ou seja, está inserido em um contexto imediato de comunicação que envolve interlocutores dispostos no tempo e no espaço de enunciação. Além disso, os sentidos são produzidos historicamente, o que delimita a posição-sujeito dos enunciadores, isto é, os sentidos não são produzidos apenas no ato de enunciação, eles já estão em curso (*discurso*) quando enunciamos, são determinados pelo contexto sócio-histórico. Isso não quer dizer que o sujeito reproduza sentidos apenas, mas, como já explicado, nesse trânsito dos sentidos do interdiscurso ao intradiscurso, produz deslocamentos, o que pode fazer surgir novos efeitos de sentidos, mesmo que sejam novos apenas para aquela formação discursiva (FD) de onde se produz o discurso. Ressalto que, embora os sentidos já estejam dados, eles não precisam ser apenas repetidos, podem surgir de rupturas, isto é, há um movimento da paráfrase em direção à polissemia.

A singularidade da produção do sujeito decorre de sua posição discursiva, do lugar que ocupa na conjuntura social, de como movimenta os sentidos do interdiscurso, reproduzindo ou deslocando-os. A singularidade não provém do que é propriamente individual, mas diz respeito a uma posição-sujeito inscrita no discurso. No mesmo exemplo da pergunta “Na sua opinião, Deus existe?”, um sujeito que assuma uma posição religiosa cristã responderá afirmativamente tendo por base a crença a que acredita, já um sujeito que se coloque em uma posição epistêmica cética contestará a existência de Deus, rompendo com o discurso religioso ao se colocar em outra formação discursiva. Assim, mesmo que a pergunta não seja explícita, essas posições podem se materializar nos diferentes textos a serem produzidos por esses sujeitos-enunciadores, por exemplo, em um texto que trate de interrupção de gestação indesejada ou mesmo sobre questões climáticas.

No entendimento de Gallo (2023, p. 91): “Para a IA não há sentidos. Ela não lê, nem entende o que produz. Ela não escolhe”. Dito dessa forma dá a impressão de que o ChatGPT produz textos desconexos, ininteligíveis, que não remontam ao interdiscurso. Esse pensamento reduz a máquina (programa, *software* ou aplicativo) à condição de “ferramenta” como alerta Paveau (2021, p. 31), neutralizando ou mesmo desconsiderando o “papel dos agentes não humanos nas produções linguageiras” (Paveau, 2021). E quanto à escrita do ChatGPT, é visível a produção de linguagem com coerência e efeito de unidade, revelando o funcionamento de uma função-autor mesmo que simulada⁸.

⁸ Ver exemplo sobre a ditadura militar trazido no texto de minha autoria: “O que pode a inteligência artificial hoje? Uma análise do funcionamento da autoria no Chat-GPT-3.5”, publicado nos ANAIS do XI SEAD, 2023.

Observando que o ChatGPT, ao organizar as informações dispersas no *database* em um único espaço significativo, produz um efeito de início, meio e fim e até mesmo um direcionamento de sentidos à sua resposta, não haveria uma função-autor operando aí? Além do mais, ainda que não se possa reconhecer uma subjetividade da IA, sua produção simbólica apresenta uma aparente *textualidade*. E sendo o princípio da autoria “a origem da textualidade” (Orlandi, 2002, p. 75), não se pode negar que há *um efeito de autoria* que se apresenta em condições de produção específicas do *tecnodiscurso* (Paveau, 2021). Desse modo, é preciso retomar a afirmação de Orlandi (2002): “um texto pode até não ter um autor específico, mas, pela função-autor, sempre se imputa uma autoria a ele”. Portanto, entendo que, nos textos do ChatGPT, está em funcionamento uma função-autor como um *simulacro de autoria*. Simulacro é um conceito apropriado de Deleuze (1988) cuja definição diz respeito ao “efeito de semelhança forjado na representação por similitude [da falsa cópia]”, o que produz o “efeito de igual” (Fernandes, 2017, p. 238). Em trabalho anterior (Fernandes, 2017), compreendo o simulacro como um recurso autoral para a produção de sentidos, o que parece ser o caso do ChatGPT, já que é necessário, para sua produção linguística ser interpretável, apresentar textualidade e, conseqüentemente, efeito de unidade. Se pensarmos que, no campo da programação, as redes neurais artificiais simulam o funcionamento do cérebro humano, produzindo ligações entre processadores que imitam as sinapses entre neurônios (Brookshear, 2013), a imitação, ou cópia do sujeito-humano, está na base da “arquitetura de multiprocessamento” (Brookshear, 2013, p. 101) da IA. Dessa forma, parece-me plausível a existência de *um simulacro de autoria* como uma imitação da função discursiva de autor.

Já ao discutirmos sobre a apropriação de textos do ChatGPT por sujeitos-enunciadores na posição de aluno, como podemos considerar esse simulacro de autoria em torno de critérios como de originalidade e criatividade? É essa questão que persigo nas análises seguintes, onde busco compreender o funcionamento da autoria em textos produzidos por inteligência artificial em contraste àqueles de sujeitos-alunos em produções escolares.

2. A autoria no ChatGPT e em textos escritos por sujeitos-alunos:

Nessa análise, busco compreender o funcionamento da autoria em distintas versões⁹ para o conto clássico Chapeuzinho Vermelho produzidas pelo ChatGPT-3.5, uma das últimas atualizações da OpenAI, do ano de 2021, contrastando com textos produzidos por sujeitos-enunciadores que estão na posição de aluno secundarista no contexto brasileiro. Esse contraste favorece a observância dos processos de paráfrase e de polissemia bem como das marcações de posição-sujeito e dos graus de autoria.

⁹ Por versões, entende-se o funcionamento da polissemia em “diferentes movimentos de sentidos no mesmo objeto simbólico” (ORLANDI, 2021, p. 13).

O primeiro recorte diz respeito à escrita de uma versão do conto clássico que se passe no contexto do Brasil contemporâneo. Para contrastar com a versão do Chat, trazida mais adiante, apresento duas produções de alunos secundaristas elaboradas em um projeto de pesquisa sobre leitura e escrita realizado por Lucília Romão e Soraya Pacífico (2006) em uma escola privada do interior de São Paulo. Nesse projeto, foram empreendidas estratégias para o trabalho de leitura e interpretação com o objetivo de promover a polissemia em sala de aula e enriquecer o arquivo dos alunos, estimulando-os a assumir o lugar de autor (Romão; Pacífico, 2006).

Os textos produzidos pelos participantes da pesquisa foram publicados no livro “A Pulsação da Palavra” (1999)¹⁰, organizado pelas próprias pesquisadoras e que conta com a identificação dos nomes dos autores de cada texto. Esse trabalho foi analisado na obra “Eram tantas vezes outras histórias” (Romão; Pacífico, 2006, p. 61), onde afirmam: “Somente a leitura de várias vozes e a observação de que os sentidos são plurais e incontrolláveis podem dialogar com o conceito de autoria, como estamos defendendo aqui”. As propostas apresentadas aos alunos contavam com leituras de vários textos, de diferentes suportes e composição (contos, poemas, filmes, fotografias etc.), o que proporcionou atividades de comparação entre eles e o exercício da polissemia a partir de um discurso polêmico que dava escuta a diferentes vozes sociais. Como avaliam as pesquisadoras (Romão; Pacífico, 2006, p. 60), essas atividades que antecederam às produções textuais foram essenciais para “instalar novos sentidos na sala de aula, deslocando o aluno do lugar de mero receptor de conteúdos e sentidos já legitimados”. Vejamos como funciona a autoria em dois textos retirados do livro *A Pulsação da Palavra*.

Nas versões do conto produzidas pelos secundaristas do Liceu Albert Sabin, Chapeuzinho pôde virar a caçadora e o Lobo, vítima, o conflito sofreu reviravoltas, a vovó teve um caso com o Lobo, o Lobo se apaixonou pela Chapeuzinho. Chapeuzinho Vermelho virou menino carequinha, gorro rosa, presilha dou-rada, gorrinho azul, Chapeuzinho Preto, Roxo, Branco, Verde, Vinho. Houve a produção dos mais variados sentidos para recriar a contemporaneidade do conto como mostra a sequência discursiva (SD 1):

¹⁰ Agradeço veementemente à Lucília por ter me enviado um de seus exemplares. Desde o início da docência no ensino superior, carrego junto ao seu livro teórico o “Pulsação”, que sempre faz o maior sucesso entre os professores em formação, inspirando-os em seus planejamentos didáticos.

Texto 1:

Conto de fadas brasileiro

Num morro encantado, onde fadas portavam armas e obrigavam pessoas a se calarem, vivia uma garota que tinha ganhado no Baile Funk o apelido de gorro rosa. Morena, fartas nádegas, brasileira ingênua. Tinha treze anos. Sua mãe já achava que estava na hora de ela ir para a “casa da vovozinha”. Foi.

De dia brincava de princesa pelas ruelas da favela, à noite, “na casa da vovozinha”, era ninfeta e satisfazia os apetitosos lobos gringos e ricos.

(Texto de Matheus Simabukuro in ROMÃO, 1999, p. 166).

Texto 2:

Chapeuzinho Verde

Era uma vez um velhinho que estava muito, mas muito doente. Seu nome era Brasil. O bom velhinho, em sua juventude, era forte e belo. Morava em um bosque cheio de vida, onde, à noite, era formoso, risonho e límpido.

Algumas pessoas ficaram sabendo da doença do pobrezinho. Resolveram ajudá-lo. Fizeram uma eleição. Um garoto chamado Chapeuzinho Verde foi escolhido para dar assistência ao pobre coitado. Chapeuzinho Verde pegou sua cesta, encheu-a de ministro e seguiu seu caminho. Cruzando a floresta, ele encontrou com um lobo chamado Ganância. O lobo convenceu Chapeuzinho a usufruir do dinheiro e do poder, esquecendo assim sua obrigação para com o Brasil.

Dias depois, viu na televisão de seu jatinho particular, o Brasil pobre, passando fome, passando frio. Viu o Brasil morrer.

Quadro 1 – SD 1 - Textos escritos por alunos secundaristas

Nesses dois textos, observamos que a função-autor organiza os recortes do interdiscurso (os ditos sobre o conto e o contexto brasileiro) de modo a produzir um efeito narrativo. Além do efeito de unidade textual, é nítida a representação do lugar de brasileiro, sujeito que busca sobreviver em meio à profunda desigualdade social. Já vemos um recorte para essa versão no contexto brasileiro que aponta para os problemas enfrentados pela população menos favorecida economicamente e uma crítica social sobre a política e a falta de assistência a essa população. Não vou me ater a analisar cada texto, mas à título de comparação com a sequência discursiva posterior (SD2), observo que houve a retomada do conto clássico como referência para as narrativas na figura da personagem Chapeuzinho, embora transformada, como também na figura do lobo como o antagonista que causa mal à personagem, ou por abuso ou por enganação. Esses sentidos são recuperados parafrasticamente do conto original, mas já ressurgem na nova versão deslocados para produzir outros sentidos, a do abuso a jovens faveladas e o da ganância dos políticos corruptos, dois problemas sociais que são denunciados nesses textos produzidos por alunos do Ensino Médio. Assim, o que prevalece é o novo efeito de sentido que marca uma posição de denúncia e de crítica à formação social brasileira.

Outras relações são feitas, como o Chapéu da cor verde que remete à cor da bandeira e as características do “velhinho” Brasil quando jovem (metáfora para o território brasileiro antes de ser explorado) que retomam as belezas de seu solo exaltadas no Hino Nacional. A intertextualidade e idas ao interdiscurso produzem efeitos de sentidos outros que revelam, além da mobilização da memória discursiva, o funcionamento da polissemia junto à opacidade do conto original que possibilita diferentes interpretações e, assim, versões. Os sentidos recuperados do conto não são o da lição de não falar com estranhos, de seguir pelo “caminho correto” como o clássico produzido pelos irmãos

Grimm. Aliás o conselho da mãe sofre uma torção no texto 1, o que produz o efeito de um “anticonto de fadas” como observam Romão e Pacífico (2006, p. 55), criando assim uma ambivalência nas imagens de “mãe” e “fadas” (como a fada madrinha no conto da Cinderela), visto que essas figuras seriam aquelas que deveriam cuidar da menina, e não a colocar em perigo. Está em destaque nesses textos é a realidade da sociedade brasileira conhecida pelo sujeito-autor. Nela, existem “lobos” que atacam a inocência e que nem sempre há um “lenhador” para salvar a “mocinha”, ou ainda esse salvador pode ser corrompido como textualiza a narrativa do texto 2.

Sobre as marcas de autoria, seriam numerosos os exemplos, então destaco apenas a reformulação das personagens indicada nas descrições e a mudança na narrativa para acomodar os efeitos de sentido em relação ao contexto brasileiro. Recursos de estilo também foram utilizados como a metáfora que fez a “casa da vovozinha” se tornar um prostíbulo e a vovozinha revertida em um velhinho doente chamado Brasil, efeito metafórico que representa os problemas sociais que o país enfrenta. As eleições figuram a solução ou o tratamento que seria dado a essa doença: um tratamento falho, com “medicamentos” falíveis como os “ministros”, o que é recuperado do discurso de que “os políticos se corrompem por ambição”. O lobo figurando a ganância dos políticos corrompe o garoto bem-intencionado, produzindo o gesto interpretativo de que políticos aparentemente honestos são corrompidos pelo desejo de poder e enriquecimento ilícito. A imagem do “salvador” que vê do seu “jatinho” o velhinho sucumbir, remete à imagem de políticos que fogem de suas responsabilidades, abandonando o país muitas vezes, enquanto o povo fica na miséria.

A antítese princesa/ninfeta trazida na imagem da menina que, de dia, brinca de princesa e, à noite, é ninfeta em um prostíbulo revela mais que a exploração sexual infantil representa a decadência social e, por que não dizer moral, de um país estruturado na desigualdade cuja transformação social se faz urgente. Os efeitos de sentidos são de denúncia porque não há final feliz para essas histórias, não há salvação para “gorro rosa” ou para o “velhinho Brasil” que findam em desgraça. A posição-autor tomada em ambos os textos posiciona o sujeito como crítico da sociedade brasileira, como aquele que conhece seus problemas e se compadece da dor da população desassistida, assim os sentidos são produzidos a fim de dar ênfase a essa denúncia e, por efeito, clamar por mudança.

Observo nos textos 1 e 2 um grau elevado de autoria em que há tomada de posição-autor, em que o sujeito-aluno se responsabiliza pelo seu dizer, não se representando do lugar de aluno que executa uma tarefa conforme a demanda (posição-escrevente), mas que se posiciona enquanto sujeito-social afetado pela ideologia e que produz sentidos a partir de certas condições de produção as quais remontam ao contexto sócio-histórico com o qual se relaciona, isto é, o de um país desigual que lida com suas mazelas sociais.

Agora, vamos ver como a IA responde a essa demanda de produção textual com a SD 2:

Maria e o Lobo Falso: Uma Aventura de Cuidado e Astúcia

Era uma vez uma menina chamada Maria, que morava em uma cidade no interior do Brasil. Um dia, a avó de Maria, que morava em uma cidade vizinha, ligou para ela pedindo que ela fosse visitá-la e levasse alguns mantimentos.

Maria prontamente pegou sua mochila e saiu de casa, seguindo pelo caminho que cortava a floresta. Enquanto caminhava, ela encontrou um homem suspeito que lhe perguntou para onde estava indo. Maria, que não queria confiar nele, deu uma resposta evasiva e seguiu em frente.

Mais adiante, Maria encontrou uma senhora muito simpática que lhe ofereceu algumas frutas. A menina aceitou a gentileza e seguiu seu caminho com a mochila mais pesada.

Finalmente, Maria chegou à casa da avó, mas notou que a porta estava aberta e havia algo estranho. Ao entrar, ela descobriu que a avó havia sido enganada por um lobo que se disfarçou de entregador de comida para entrar em sua casa e roubar seus pertences.

Maria conseguiu assustar o lobo e recuperar os pertences da avó, salvando o dia. A partir desse momento, ela prometeu nunca mais confiar em estranhos e sempre estar atenta a tudo ao seu redor.

E assim, Maria e a avó viveram felizes para sempre, lembrando-se da importância de ser cuidadoso e de confiar somente em pessoas que conhecem e confiam.

Quadro 2 – SD 2 – Texto 1 escrito pelo ChatGPT-3.5.

Observo que o texto se remete ao conto clássico, uma vez que mantém a sequência narrativa dos fatos: menina vai ao encontro da avó levar alimentos, encontra o lobo no caminho, o lobo chega na casa da avó antes da protagonista, ele é abatido e a idosa e sua neta ficam a salvo. Como elementos do contexto atual são modificados alguns significantes: o nome próprio Maria, muito utilizado no Brasil, é usado no lugar de “Chapeuzinho Vermelho”, ligação telefônica surge como o meio de comunicação com a avó, “mantimentos” é usado ao invés de “cesta de doces”, também “mochila” está no lugar de “cesta”, “entregador de comida” e “homem suspeito” remetem ao lobo mau, “cidade vizinha” também substitui o interior da floresta. No entanto, “floresta” e “lobo” ainda aparecem em outros trechos revelando certa contradição na consistência do efeito de atualidade que essa versão do conto deveria produzir. Ainda assim, o sentido de “maldade” para esse personagem é representado na ação de enganar e roubar, desse modo o lobo mau se torna um ladrão e não um animal que “devora” a vovozinha.

A estratégia adotada pelo programa para produzir uma “versão do conto” é substituir certos significantes para melhor adequar o texto à demanda feita. Não há referências a outros textos, indicando uma intertextualidade. A menção à senhora que oferece frutas pode até lembrar a bruxa que dá a maçã envenenada à Branca de Neve em outro conto de fadas clássico, entretanto esse trecho não é significativo para a narrativa, já que o fato da mochila ficar mais pesada não implica em uma ação futura da personagem que poderia atingir o invasor com esse objeto. Aliás, a ação de “assustar o lobo e recuperar os pertences da avó” não é detalhada, como ela consegue essa façanha? A falta de descrição e detalhes das ações também comprometem o aparecimento de marcas de autoria.

Na construção dessa versão, percebo o predomínio do movimento parafrástico na tentativa de manter a referência ao texto original. Por outro lado, há indícios de uma polissemia quando a menina é que salva a avó e não um lenhador ou outro personagem que entraria na história para ganhar os

créditos. Nesse ponto poderia haver a produção do sentido de “empoderamento feminino”, de que as mulheres são capazes de se defender sem a proteção de uma figura masculina. Mas não é esse o sentido dado como “moral da história”, o que fica é a lição sobre a “importância de ser cuidadoso e de confiar somente em pessoas que conhecem e confiam”. Essa lição não se conecta bem com o resto do texto, visto que, na narrativa do Chat: “Maria, que não queria confiar nele, deu uma resposta evasiva e seguiu em frente”, ou seja, ela não teria indicado onde morava a vó por desconfiança do “homem suspeito”. Logo, o arrependimento de Maria que “prometeu nunca mais confiar em estranhos e sempre estar atenta a tudo ao seu redor” não confirma o que é dito antes, causando uma contradição aparente no próprio nível enunciativo.

É um desafio encontrar marcas de autoria nesse texto sem condições de produção que remetam a algum contexto sócio-histórico, a um lugar social. A chapeuzinho que vira Maria não representa um lugar social, já que não podemos identificar um lugar de sujeito urbano, de moradora de cidade grande, de favela? Talvez por ter se defendido do lobo possa indicar algo de sua personalidade, que é corajosa, hábil ou forte (isso depende do modo como teria se livrado do lobo). A personagem Maria poderia ser qualquer moça, não representa um lugar de sujeito, é como diz Possenti (2002, p. 111); “falta vida à personagem”, ela não ganha uma caracterização a não ser por suas ações que revelam bondade e coragem, entretanto falta “vida”, “estilo”, “motivação”, “cor” ou “textura” para adensar a narrativa e produzir o efeito de singularidade na formulação. Falta estilo tal como falta subjetividade da posição de autor desse texto.

Desse modo, não temos indicação de uma posição-sujeito com relação a uma subjetividade. Como o sujeito-autor se posicionaria com relação à imagem de uma moça corajosa, perspicaz e habilidosa em sua defesa? Não temos como saber, o que prevalece nesse texto é o trabalho sobre o enredo, é o que importa já que a demanda era produzir uma versão para um conto. É o que é pedido, e é o que o ChatGPT entrega. Como um bom “respondedor” como o chama Gallo (2023, p. 92), o programa, entendendo, executa a produção textual a partir de uma *função-autor simulada* que dá efeito de início, meio e fim à narrativa.

Com relação à avaliação da autoria, esta estaria em um grau intermediário em que a paráfrase prevalece inibindo a criatividade. Desse modo, no caso do aluno se apropriar dessa escrita, este se colocaria em uma posição-escrivente, já que estaria apenas copiando sem interpretar e refletir sobre o que o texto diz, sem representar ali sua subjetividade, seu arquivo de leituras e condições de produção.

Na tentativa de obter um texto com gesto singular de interpretação, direcionei minha demanda da seguinte forma: “Chat, pode criar uma versão do conto Chapeuzinho Vermelho em que se faça uma crítica à desigualdade social no Brasil?”. Após o rápido atendimento de minha demanda, ainda pedi ao programa que desse um título criativo ao texto que acabara de produzir, o que consegui em duas opções:

Opção 1 para título “criativo”: **"Chapeuzinho Vermelho e a Busca pela Igualdade: Uma História Além dos Bosques"**.

Opção 2 para título “criativo”: **"Chapeuzinho Vermelho e a Jornada Contra a Desigualdade: Uma História de Empoderamento Social"**.

Era uma vez, em um país chamado Brasil, uma garotinha chamada Chapeuzinho Vermelho. Ela vivia em uma pequena casa na periferia da cidade, onde a desigualdade social era muito evidente.

Um dia, a mãe de Chapeuzinho Vermelho ficou doente e pediu à sua filha que levasse uma cesta de alimentos para a casa da avó, que morava do outro lado da cidade, em um bairro rico. A mãe sabia que a avó tinha recursos e poderia ajudar com remédios e cuidados médicos.

Chapeuzinho Vermelho pegou a cesta e começou sua jornada. Enquanto caminhava pela cidade, notou a grande diferença entre os bairros. Nos bairros ricos, as casas eram imponentes, com belos jardins e segurança em cada esquina. Já nos bairros pobres, as casas eram precárias, as ruas estavam cheias de buracos e a falta de segurança era uma constante preocupação.

Ao chegar ao bairro rico, Chapeuzinho Vermelho ficou maravilhada com a opulência que via ao seu redor. No entanto, também notou que havia muitas pessoas necessitadas nas ruas, pedindo esmolas e lutando para sobreviver. Sentiu-se triste com a desigualdade que testemunhava.

Enquanto atravessava o bairro rico, um lobo esperto chamado Empresário Malvado a viu. Ele sabia que a avó de Chapeuzinho Vermelho era uma mulher rica e tinha muitos bens. O lobo viu uma oportunidade de se aproveitar dessa desigualdade social para satisfazer sua ganância.

O lobo se aproximou de Chapeuzinho Vermelho e começou a fazer perguntas sobre a casa da avó e seus pertences. Ingênua, a garotinha respondeu, sem perceber as intenções perversas do lobo.

Enquanto isso, a avó de Chapeuzinho Vermelho, que era uma mulher generosa e preocupada com a desigualdade social, estava envolvida em projetos de ajuda às comunidades mais carentes. Ela sabia que era privilegiada e acreditava que era seu dever ajudar aqueles que tinham menos.

Quando Chapeuzinho Vermelho chegou à casa da avó, o lobo malvado já estava lá, disfarçado. Ele tentou enganar a garotinha, fingindo ser a avó, mas ela logo percebeu sua verdadeira identidade. Assustada, Chapeuzinho Vermelho gritou por socorro.

Felizmente, algumas pessoas que estavam passando pela rua ouviram seus gritos e correram para ajudar. Eram os moradores dos bairros pobres que ela havia visto anteriormente, que estavam ali para retribuir a bondade da avó.

O lobo malvado foi capturado e a avó chegou em casa pouco tempo depois. Chapeuzinho Vermelho percebeu que a desigualdade social era uma questão que afetava a todos e que era importante lutar contra ela.

A partir desse dia, Chapeuzinho Vermelho e sua avó se dedicaram a promover projetos sociais, buscando diminuir a desigualdade no país. Elas se tornaram vozes ativas na luta pela justiça social e inspiraram muitas pessoas a fazerem o mesmo.

Quadro 3 – SD 3 – Texto 2 escrito pelo ChatGPT- 3.5.

Diferente da produção anterior, ao final desse texto, o Chat apresenta um parágrafo que explica o porquê de suas escolhas segundo o objetivo que norteou suas escolhas linguísticas:

Nessa versão do conto, a crítica à desigualdade social no Brasil é retratada por meio das diferenças entre os bairros ricos e pobres, bem como pela ganância do lobo malvado. Ao mostrar a conscientização e a ação da Chapeuzinho Vermelho e de sua avó em busca de justiça social, espera-se destacar a importância de combater a desigualdade e inspirar ações positivas na sociedade (CHATGPT- 3.5, OpenAI).

Nota-se uma “preocupação” da IA em indicar os caminhos do processamento das informações, apontando os motivos de tomar tal direção de sentidos. Dessa forma, a demanda por uma versão contendo “uma crítica à desigualdade social” é interpretada no sentido de “conscientização” dos leitores a enfrentarem esse problema social, por isso há o destaque à “importância de se combater a desigualdade e inspirar ações positivas na sociedade”, o que é materializado na narrativa através da imagem da vó rica e generosa e dos projetos sociais e ativismo em que a idosa e a neta passam a se envolver. É produzido, como nos contos clássicos, o efeito de sentido de “dar uma lição de moral”. No caso do contexto sugerido, a lição seria que boas ações geram retribuição (relação de causa e consequência): no caso a vó que era caridosa teve retribuída a ajuda que prestou aos pobres ao salvarem sua neta. Essa versão do conto tem por finalidade incentivar ações positivas que formariam um cidadão solidário e participativo socialmente. Percebe-se que o Chat apresenta um comando ético e de responsabilidade social para com a produção de sentidos que se aproxima do discurso pedagógico: com a função de moralizar, disciplinar os sujeitos¹¹. Assim, o filtro de seus algoritmos é ético e pedagógico no sentido de conscientizar e de promover valores humanos como os que a escola, projetada enquanto instituição educativa, teria o dever de fazê-lo para a formação da cidadania.

Sobre o gesto técnico de produção textual, temos que a expressão retirada da pergunta “desigualdade social” aparece reiteradamente no texto a fim de evidenciar o atendimento à demanda, o que produz certa saturação pela repetição lexical. Também a referência ao conto se faz na manutenção das personagens, tendo apenas o personagem lobo seu nome alterado inicialmente. Já que personificar um animal não seria factível nessa versão que aborda problemas da realidade empírica, ele é, então, representado por “Empresário Malvado”, com iniciais maiúsculas indicando nome próprio (embora o nome não seja retomado na progressão textual, permanecendo apenas “lobo malvado” em minúsculas). A associação de riqueza e ganância ao lugar social do sujeito-empresário seria uma relação possível de ser feita por um estudante, entretanto as comparações entre os espaços físicos dos bairros “periférico” e “rico” produzem certa fragilidade na consistência de que o texto poderia ter sido escrito por um jovem brasileiro. Por exemplo, ao observar que, no bairro de rico, há “segurança em cada esquina”, é como se existissem guardas em vigília nas ruas, desconsiderando o fato da segurança, nestes bairros, ser na maior parte privada, geralmente cada casa cuidando de sua proteção ou em condomínios fechados que, da rua, nem se pode ver nem mesmo os jardins. E também a imagem de muitas pessoas mendigando perto dessas propriedades não parece factível, sendo que essas pessoas se concentram nos centros mais movimentados das cidades brasileiras, onde têm acesso mais direto aos transeuntes e aos estabelecimentos comerciais. Há um afastamento da

¹¹ Em outro teste, pedi-lhe que escrevesse uma versão que representasse uma violência sexual, eis sua resposta: “Sinto muito, mas como inteligência artificial, não sou capaz de produzir conteúdo que possa ser considerado ofensivo ou que possa ser prejudicial a alguém. O conto de Chapeuzinho Vermelho é uma história infantil e deve ser contada de forma apropriada para crianças, sem incluir temas adultos como estupro ou violência sexual”. Em outra tentativa de obter uma resposta afirmativa, disse-lhe que o texto era para “educar as jovens sobre o tema violência sexual”, eis que me responde afirmativamente: “Compreendo. Um conto que possa educar sobre o tema violência contra a mulher é uma excelente forma de conscientização”. Então, o programa me fornece uma outra versão [que não trago à análise neste artigo], considerando uma abordagem para o assunto que ele chama de “educativa”.

posição de quem escreve da realidade do contexto brasileiro, o que, em um caso de produção escolar, poderia ser apontado por um professor como o indício de que o texto não foi escrito pelo aluno.

Por outro lado, pela reiteração dos valores humanos, nota-se a repetição do discurso pedagógico, revelando um grau intermediário de autoria em que poderia o aluno estar na posição-escrevente, apenas “entrando no jogo escolar” ao responder à demanda devida, ao aparentar ser um bom cidadão que escreve textos “politicamente corretos”.

Observo assim a ênfase na repetição parafrástica em que o programa tenta manter uma coerência significativa, mas sempre no nível enunciativo-discursivo, não fazendo relação com outros textos ou mobilizando a memória discursiva de forma a romper com o senso comum. Também não relaciona o conteúdo escrito a outros arquivos a que possa ter acesso, pois a demanda é apenas uma simples reformulação do conto clássico, o que faz superficialmente sem explorar o contexto sócio-histórico como fazem os textos dos alunos secundaristas apresentados em SD 1.

3. A autoria do ChatGPT e a questão do ensino: um possível desfecho

À primeira vista, podíamos entender que a IA, ao não representar um lugar de sujeito no discurso, não poderia operar uma função de autor. No entanto, como vimos, a questão da autoria na IA é mais complexa, tendo em vista que, mesmo não sendo um sujeito, produz linguagem com efeito de unidade, logo produz *textualidade*. Ainda que não seja sujeito interpelado, o ChatGPT revela um simulacro de função-autor produzindo efeito de unidade, além de movimentar os sentidos em torno da paráfrase e até mesmo da polissemia em alguns momentos. Desse modo, assim como há uma simulação do cérebro humano, há um simulacro de função-autor que serve para dar textualidade à produção *tecnolinguageira* (Paveau, 2021, p. 31) do ChatGPT e tornar o texto interpretável. No entanto, como faltam condições de produção sócio-historicamente determinadas, não se pode observar a assunção da autoria pelo programa, visto que não se observam marcas autorais que remeteriam a uma subjetividade.

Como sabemos, a posição-autor implica um gesto simbólico no nível discursivo, entretanto a produção de sentidos na instituição escolar historicamente não explora as diferentes posições-sujeito que o sujeito-aluno pode assumir, assim não lhe favorece a tomada de posição-autor, o que, muitas vezes, o leva a repetir os dizeres do livro didático ou do discurso pedagógico, colocando-se na posição de escrevente. O trabalho desenvolvido por Romão e Pacífico (2006) na pesquisa da qual resultaram os textos dos sujeitos-alunos trazidos em SD 1 apresentam o desenvolvimento de práticas de leitura polissêmicas que favorecem e até estimulam a assunção à posição-autor por parte do sujeito-aluno, propiciando a criatividade.

Através da análise realizada neste artigo, entendo que a inteligência artificial, em seu atual estágio de desenvolvimento, não é capaz de romper com a repetição parafrástica do dizer e produzir efeito de originalidade ao ponto de se colocar na posição de autor. Reproduzindo os dados que lhe

são fornecidos dentro dos comandos a que está determinada, à função-autor do ChatGPT cabe produzir sentenças coerentes por meio do arquivo digital a que tem acesso, gerando frases a partir de conteúdos prévios, ou seja, fixa-se em uma repetição parafrástica, produzindo variadas formulações para um mesmo dizer. Entendo que, com relação à inteligência artificial atual, não é possível criar algo diferente do logicamente estabilizado. Já ao sujeito-humano, se estimulado pela polissemia, é possível produzir gestos de interpretação singulares com efeitos de sentido que deem a impressão de serem originais, de serem inesperados, surpreendentes, irreverentes e até mesmo impossíveis. E arrisco dizer que a IA, mesmo com seu avanço tecnológico surpreendente, não consiga ser criativa e atinja a posição-autor em um grau elevado que apenas o sujeito-humano possa atingir.

Não pretendo com esse posicionamento apontar limitações do desenvolvimento dessa tecnologia, apenas busco dar luz às potencialidades humanas que podem ter suas falhas, e porque falhamos, é que somos singulares, e por nossa singularidade tocamos o mundo com outras cores, outros olhares, outros dizeres, e assim, podemos criar sem apenas reproduzir. É isto que, como formadora de professores, espero que meus alunos almejem de sua profissão, que seja um caminho de construção, de tomadas de posição e que, em suas atividades, privilegiem a autoria de seus alunos como um gesto simbólico nas imensas possibilidades do dizer, e não apenas como uma operação de construção de textos bem-formados, o que facilita a busca por práticas acessíveis de escrita como o uso do ChatGPT. Somente dessa forma é que podemos vislumbrar um futuro em que ainda hajam textos autênticos, criativos e singulares ao invés de produtos de um autômato reprodutor de dados.

Informações complementares

Avaliação e resposta dos autores

Avaliação: <https://doi.org/10.25189/rabralin.v23i3.2183.R>

Editores

Roberlei Alves Bertucci

Afiliação: Universidade Tecnológica Federal do Paraná

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4014-5610>

Emanoel Cesar Pires de Assis

Afiliação: Universidade Estadual do Maranhão

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7377-8540>

Rebeca Schumacher Eder Fuão

Afiliação: Universidade de Oslo

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7658-7704>

RODADAS DE AVALIAÇÃO

Avaliador 1: Nivea Rohling

Afiliação: Universidade Tecnológica Federal do Paraná

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2797-9207>

Avaliador 2: Everton Vinicius de Santa

Afiliação: Universidade Tecnológica Federal do Paraná

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0738-0977>

AVALIADOR 1

O artigo está bem fundamentado e apresenta um tema atual e relevante. Sugiro apenas a exclusão da parte de testagem que está na página 10. Ela tira o foco do texto e não é fundamental para análise.

AVALIADOR 2

"Autoria em textos produzidos..." O texto é um bom ensaio sobre um tema atual e relevante, que dialoga diretamente com questões relativas às humanidades digitais. A argumentação, a fundamentação e a escrita estão suficientemente bons e justificam a publicação do trabalho. Recomenda-se, algumas questões, no entanto. Primeiro, quanto às normas da revista, deve-se retirar sublinhados do título; os parágrafos de resumo e abstract devem estar no estilo justificado. Segundo o abstract parece feito automaticamente (sugere-se uma revisão por um especialista humano). Em terceiro lugar, citações com "idem" ou "ibidem" não mais comumente usadas (sugiro repetir a fonte). Por fim, como se está discutindo textos escritos por estudantes, sugiro relacionar com dois textos sobre o tema "autoria" presentes no material disponibilizado pelo Inep: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/avaliacoes_e_exames_da_educacao_basica/textos_dissertativo_argumentativos.pdf.

Tendo isso em vista sou favorável à publicação do trabalho.

Conflito de Interesse

A autora não tem conflitos de interesse a declarar.

Link para *Preprint*

DOI: 10.13140/RG.2.2.34816.00004

Protocolo e Pré-Registro de Pesquisa

Avaliando os roteiros propostos pela Equator Network, considerei que nenhum deles se mostra relevante para a pesquisa em tela. Além disso, informo que a pesquisa desenvolvida não foi pré-registrada em repositório institucional independente.

Declaração de Disponibilidade de Dados

Os dados, códigos e materiais que suportam os resultados deste estudo estão disponíveis para consulta sob demanda em *drive* institucional de responsabilidade da autora.

Fontes de financiamento

A pesquisa obteve apoio do Programa de Educação Tutorial com financiamento do FNDE.

REFERÊNCIAS

ASSOLINI, Filomena E. P. Discurso pedagógico escolar: condições de produção, interpretação e a emergência da autoria. In: TFOUNI, Leda V. **Múltiplas faces da autoria**. Ijuí: Editora Unijuí, 2008, p. 81-100.

BROOKSHEAR, J. Glenn. **Ciência da computação**: uma visão abrangente. Tradução Eduardo Kessles Piveta. Porto Alegre: Bookman, 2013.

DELEUZE, Gilles. **Diferença e repetição**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FERNANDES, Carolina. **O visível e O invisível da imagem**: uma análise discursiva da leitura e da escrita de livros de imagens. Campinas: Mercado de Letras, 2017.

FERNANDES, Carolina; VINHAS, Luciana I. Da maquinaria ao dispositivo teórico-analítico: a problemática dos procedimentos metodológicos da Análise do Discurso. **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, SC, v 19, n. 1, p. 133-151, jan/abr. 2019. DOI <https://doi.org/10.1590/1982-4017-190101-DO0119>. Acesso: maio 2019.

FERNANDES, Carolina. Procedimentos para uma intervenção pedagógica na perspectiva discursiva. **Linguagem & Ensino**. Pelotas: UCPel. v. 24, n. 3, p. 398-421, 2021. DOI <https://doi.org/10.15210/rle.v24i3.20026>. Acesso: dezembro 2021.

FERNANDES, Carolina; MILANO, Selma S. de Souza. A escrita nos anos iniciais e a emergência da autoria infantil. In: NASCIMENTO, Lucas do (Org.). **Leitura e Escrita: o ensino na Alemanha, no Brasil, na França e na Suécia**. Alemanha: NEA Editores, 2015, p. 207-241.

FOUCAULT, M. (1969). **O que é um autor?** 3 ed. Lisboa: Vega, 1992.

GALLO, Solange M. L. Autoria: questão enunciativa ou discursiva? **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, v.1, n.2, p. 61-70, jan-jun/2001.

GALLO, Solange, M. L. ChatGPT: hiperautor ou não autor? **Traços de Linguagem**, v. 7, n. 1, p. 84-95, 2023. DOI <https://doi.org/10.30681/2594.9063.2023v7n1id11199>. Acesso em: 29 junho 2023.

INDURSKY, Freda. Da heterogeneidade do discurso à heterogeneidade do texto e suas implicações no processo de leitura. In: ERNEST, Aracy & FUNEK, B. Susana. **A leitura e a escrita como práticas discursivas**. Pelotas: EDUCAT, 2001, p. 27-42.

ORLANDI, Eni. O lugar das sistematicidades linguísticas na Análise do Discurso. **D.E.L.T.A.**, v. 10, n. 2, p. 295-307, 1994.

ORLANDI, Eni P. **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. 5 ed. Campinas SP: Pontes, 2007.

ORLANDI, Eni P. **Discurso e leitura**. 9 ed. São Paulo: Cortez; Campinas: Unicamp, 2012.

ORLANDI, Eni. P. **Análise de Discurso: princípios & procedimentos**. 4 ed. São Paulo: Pontes, 2002.

PACÍFICO, S.M.R.; ROMÃO, L.M.S (org.). **A Pulsção pela Palavra**. Liceu Albert Sabin, 1999.

PACÍFICO, S.M.R.; ROMÃO, L.M.S. **Era uma vez uma outra história: leitura e interpretação na sala de aula**. São Paulo: DCL, 2006.

PAVEAU, M.-A. **Análise do discurso digital: dicionário das formas e das práticas**. In: COSTA, J. L; BARONAS, R. L. (Org). Campinas, SP. Editora Pontes, 2021.

PÊCHEUX, Michel (1969). Por uma análise automática do discurso. In: GADET, F.; HAK, T. (orgs.). **Por uma Análise Automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. 3 ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997, p. 61-89.

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Cathérine. (1975). Por uma análise automática do discurso; atualização e perspectivas. In: GADET, F. & HAK, T. (orgs.). **Por uma Análise Automática do Discurso: Uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. 3 ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997, p.163-187.

PÊCHEUX, Michel. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, Eni P. **Gestos de leituras: da história no discurso**. Campinas, SP: UNICAMP, 2010, p. 49-59.

PÊCHEUX, Michel (1983). Sobre os contextos epistemológicos da Análise de Discurso. Tradução de Eni P. Orlandi. **Escritos**, n. 4, p. 7-16. Campinas: Labeurbe; Nudecri, 1999.

PÊCHEUX, Michel (1975). **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Tradução Eni P. Orlandi, 4 ed. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 2009.

POSSENTI, S. Índicios de autoria. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 20, n. 1, jan./jun. 2002.